

VOZES E RESISTÊNCIAS: DESVENDANDO IDEOLOGIAS DA LINGUAGEM E SUA ARTICULAÇÃO COM RAÇA, GÊNERO, SEXUALIDADE E CLASSE SOCIAL

Cloris Porto Torquato*
UEPG

Neiva Maria Jung**
UEM

Nossa proposta de organização deste dossiê “Raça, Gênero, Sexualidade e Classe em Ideologias da Linguagem” foi sendo construída ao longo de diferentes percursos reflexivos, especialmente em disciplinas¹ de pós-graduação que ministramos nos programas de pós-graduação aos quais estamos vinculadas e em discussões que fizemos no projeto de pesquisa intitulado *Letramentos acadêmicos: epistemologias, poder e identidades*, com financiamento do CNPq pelo edital Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023. Nossas discussões sobre a relação intrínseca/constitutiva entre linguagem, raça, gênero, sexualidade e classe estão, sobretudo, vinculadas às nossas próprias trajetórias como mulheres no contexto da Linguística Aplicada no Brasil.

Cloris Porto Torquato posiciona-se como uma mulher negra, cisgênero, heterossexual e de origem de classe média baixa. Sua ascensão social está relacionada, como muitas/es/os de nós na academia, ao trabalho na universidade. Sua compreensão da racialização deveu-se, em parte, às reflexões realizadas durante sua pesquisa de doutorado sobre as políticas linguísticas em Cabo Verde (2009). O diálogo com as pessoas em seu campo de pesquisa e as leituras teóricas a ajudaram a construir sua compreensão de que era uma mulher negra (parda, nas classificações

* Graduada em Letras pela UFPR, com Mestrado em Linguística Aplicada e Doutorado em Linguística pela Unicamp. Professora Associada no Departamento de Estudos da Linguagem e docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UEPG. Docente permanente no Programa de Pós-Graduação de Letras da UFPR. <https://orcid.org/0000-0003-1283-6369>

** Graduada em Letras pela Unioeste/Campus de Foz de Iguaçu. Mestrado em Linguística Aplicada pela Unicamp e doutorado em Letras pela UFRGS. Professora associada da UEM. Atua na graduação em pós-graduação em Letras desta universidade. <https://orcid.org/0000-0002-7249-7816>

¹ Nas disciplinas i. SEMINÁRIOS EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS II - Linguagem e raça nos estudos decoloniais (PPGEL 2020), ii. LINGUAGEM, CONTEXTO E USO - LINGUAGENS EM PERSPECTIVAS CONTRA- HEGEMÔNICAS (PPGEL 2021) e iii. LINGUAGEM, CONTEXTO E USO - LINGUAGENS EM VOZES CONTRAHEGEMÔNICAS (PPGEL 2022), nos propusemos a “estudar textos que refletem sobre a relação entre linguagem, raça, gênero, sexualidade e classe social, produzidos por autoras que podem ser inseridas em perspectivas contra-hegemônicas, como autoras do feminismo negro, da literatura indígena e do feminismo decolonial.” Orientamo-nos pelo objetivo de “refletir sobre como são pensados os sujeitos e as linguagens nesses textos e que contribuições essas reflexões podem trazer para nossas pesquisas em estudos da linguagem”. Na disciplina DIVERSIDADE SOCIOLINGÜÍSTICA E A NOVA ECONOMIA GLOBAL, nos propomos a refletir sobre ideologias da linguagem e sua articulação com o colonialismo e o capitalismo e sua produção da branquitude como lugar de privilégio e a diversidade como mais uma forma de racializar os mesmos grupos sociais.

do IBGE). Essa compreensão ressignificou suas vivências anteriores ao doutorado. Olhar pelo retrovisor enquanto continuava sua trajetória possibilitou rever os efeitos do “imperialismo da brancura” (Nascimento, 1978), do patriarcado e da heterossexualidade normativa em sua constituição como sujeita social, como docente e como acadêmica.

Neiva Maria Jung posiciona-se como uma mulher branca, cisgênero, heterossexual e de origem de classe média baixa. A compreensão do seu lugar social e racial ocorreu junto com sua trajetória como pesquisadora em um contexto multilíngue do Oeste paranaense. Enquanto na pesquisa de mestrado procurou compreender o lugar da língua alemã na escola multisseriada em que realizou a pesquisa, no doutorado (2003) observou que gênero social estava articulado com a identidade étnico-linguística alemã. E só mais recentemente, em co-autoria com Pedro M. Garcez (2022), discutiu como classe social e raça também já apareciam nos dados de doutorado, mas não conseguimos ver. Hoje, a pesquisadora consegue ver como sempre usufruiu do privilégio da branquitude, como seus pais puderam comprar terras quando migraram do Rio Grande do Sul para o Paraná e como usufruíram de privilégios, como a associação em uma cooperativa criada pelo Padre e os apoios da igreja católica responsável pela “colonização” do local.

Nosso objetivo, ao propor o dossiê, foi procurar reunir pesquisas que investigassem as relações e intersecções entre categorias sociais, como raça, gênero, sexualidade e classe, e a linguagem. Queríamos propor um espaço de discussões sobre como ideologias da linguagem refletem e moldam experiências e identidades relacionadas, a partir de contextos situados, promovendo a reflexão crítica sobre o papel da linguagem na construção de identidades e na reprodução ou transformação de desigualdades sociais. Considerando a produção do dossiê como um elo em uma cadeia enunciativa (Bakhtin, 2003), trazemos textos que dialogam com textos anteriores sobre raça, gênero, sexualidade e classe e temos em vista dialogar com interlocutores interessados em compreender a linguagem como lugar de tensões e disputas, como lugar em que identidades e relações de poder são tensionadas, impostas, negociadas, reafirmadas, resistidas.

Para compreendermos a intrínseca articulação entre linguagem e a produção e negociação de identidades sociais como gênero, sexualidade, raça e classe, é imperativo reconhecer que essa relação está profundamente enraizada em um projeto colonial de supremacia branca. Essa não é uma mera coincidência histórica; é uma estrutura deliberadamente construída que permeia nossas formas de pensar, falar, ouvir e, conseqüentemente, de existir.

Maldonado-Torres (2007) argumenta que o colonialismo não se encerrou com as independências formais. Ele persiste em padrões de poder que naturalizam a dominação de certas identidades sobre outras, constituindo assim a colonialidade do poder. A linguagem, nesse contexto, é um dos espaços mais eficazes para a manutenção dessa colonialidade. A imposição de uma língua dominante – geralmente a do colonizador – e a depreciação das línguas e modos de falar dos povos colonizados são estratégias centrais para controlar e hierarquizar. As identidades que emergem sob essa lógica são moldadas por categorias binárias e hierárquicas, onde o “branco”, o “masculino”, o “heterossexual” e o “capitalista” são os referenciais de poder e normalidade.

A colonialidade do poder, por sua vez, articula-se à colonialidade do saber (Lander, 2000) e do ser (Maldonado-Torres, 2007). A colonialidade do saber refere-se à imposição de uma epistemologia eurocêntrica como a única forma válida de conhecimento, deslegitimando outras formas de saber. Conseqüentemente, diz respeito à desigual e hierárquica geopolítica do

conhecimento. A linguagem é o meio pelo qual esse saber é transmitido e consolidado. Quando a língua do colonizador se torna a língua da ciência, da educação e do prestígio, ela silencia e marginaliza as vozes e as narrativas que não se encaixam nesse padrão. A colonialidade do ser, por sua vez, diz respeito à negação da humanidade plena dos povos colonizados, classificando-os como “inferiores” ou “outros”. As categorias de raça, gênero e sexualidade (Muniz, 2016; Maldonado-Torres, 2007; Lugones, 2008; 2014; Curiel, 2019) são construídas discursivamente para justificar essa subalternização, e a linguagem é fundamental para essa construção. Nesse sentido, as colonialidades do poder, do ser e saber articulam-se à colonialidade da linguagem (Torquato, 2020; 2021).

A imposição de uma norma linguística padrão, que frequentemente reflete a língua social (Bakhtin, 2015) das elites brancas, é um exemplo claro desse projeto colonial. Essa padronização não é neutra; ela desvaloriza as variedades linguísticas e os repertórios culturais de grupos marginalizados, como negros, indígenas e comunidades LGBTQIA+. As formas de expressar gênero e sexualidade que não se alinham com a heteronormatividade hegemônica são frequentemente estigmatizadas e patologizadas na linguagem. O mesmo ocorre com as identidades raciais não-brancas, que são frequentemente associadas a estereótipos negativos e a uma “deficiência” linguística.

No Brasil, como assinala o intelectual e dramaturgo negro brasileiro Abdias Nascimento, o racismo construiu um embranquecimento cultural, que é parte do genocídio das pessoas negras brasileiras: a imposição de uma visão de mundo que invisibiliza e silencia (buscando apagar) as culturas africanas, negras. Essa imposição da brancura foi disseminada nas produções culturais e científicas (literatura, mídias, artes visuais e educação).

O sistema educacional é usado como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro - elementar, secundário, universitário - o elenco das matérias ensinadas, como se se executasse o que havia predito a frase de Sílvio Romero, constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra. (Nascimento, 1978, p. 95)

Os conhecimentos euro-estadunidense/branco-centrados no contexto educacional, o mito da democracia racial baseado na falácia da miscigenação harmoniosa das raças disseminado no cotidiano e o predomínio do embranquecimento cultural na esfera cultural² – que integram a construção do racismo estrutural – fizeram (e ainda fazem) parte de nossas trajetórias.

Entretanto, se, por um lado, o projeto de embranquecimento cultural permanece entranhado em diferentes dimensões da educação e da cultura, por outro lado, resistências culturais e epistêmicas foram forjadas historicamente. No contexto educacional, as leis 10.639/03 e

² Destacamos aqui boa parte da mídia televisiva, da mídia impressa (jornais e revistas) e da literatura a que tivemos acesso na nossa infância, adolescência e juventude.

11.645/08, decorrentes das lutas dos movimentos negros e indígenas, têm possibilitado que essas resistências sejam levadas para as salas de aula tanto de formação docente quanto na Educação Básica.

Um dos espaços dessa resistência, de acordo com a filósofa negra brasileira Lélia Gonzalez, é a língua. O pretuguês – a língua portuguesa apropriada e transformada pelas pessoas africanas negras – constitui resistência frente à norma linguística da branquitude³ e, sobretudo, a possibilidade de construção de uma africanização do povo brasileiro.

E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito pra criança brasileira, como diz Caio Prado Jr. Essa criança, esse *infans*, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. **A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente. Ela passa pra gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura**, exatamente porque é ela quem nomeia o pai.

Por aí a gente entende por que, hoje, ninguém quer saber mais de babá preta, só vale portuguesa. Só que é um pouco tarde, né? A rasteira já está dada. (Gonzalez, 2020, p. 102 PDF, destaques nossos)

Como a autora assinala, a mãe preta foi responsável por ensinar aos “brancos” a língua africanizada que ela falava. Essa língua é concebida como visão de mundo, conjunto de valores que nos tornam sujeitos socioculturais. Nesse sentido, Lélia Gonzalez dialoga com o filósofo e psiquiatra negro martinicano Franz Fanon (2020), que afirma:

Falar é ser capaz de empregar determinada sintaxe, é se apossar da morfologia de uma ou outra língua, mas **é acima de tudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização**. (...) Um homem que possui a linguagem possui, por conseguinte, o mundo expresso por essa linguagem e implicado por ela. (Fanon, p. 20 PDF; destaques nossos)

Se assumir a língua do colonizador é assumir sua visão de mundo, aprender o pretuguês é também aprender a ver o mundo por olhos africanos/negros, africanizando/enegrecendo o olhar, e resistir ao colonizador e, conseqüentemente, à branquitude. Desse modo, observamos que a linguagem é campo de lutas. Embora a brancura (Nascimento, 1978)/branquitude (Bento, 2022) se imponha em diferentes dimensões da cultura (da educação, das artes, das ciências) e, portanto, das linguagens, há também a resistência na e pela língua(gem).

A educadora feminista negra estadunidense bell hooks desenvolve reflexão semelhante (em relação à resistência) sobre a língua inglesa falada “quebrada” pelos africanos negros no sistema colonial britânico. Para hooks, esses africanos escravizados e privados de suas línguas

³ Entendemos que a padronização linguística (Milroy, 2011) e o estabelecimento de normas de prestígio são construções da branquitude (inseridos no projeto de construção iluminista da Modernidade e dos Estados Nacionais), pois possibilitam a diferenciação social e, desse modo, fazem parte do pacto que garante privilégios a esse grupo (Bento, 2022), excluindo socialmente pessoas não brancas, às quais foi historicamente negado o acesso à escolarização, principal espaço de acesso à língua legítima (padronizada ou norma de prestígio).

compreenderam que poderiam se “apropriar” da língua do opressor, confiscá-la/tomá-la/reclamá-la “como espaço de resistência” e transformá-la (hooks, 2013, p. 226). Essa língua africanizada poderia ser usada para criar laços, pois possibilitava a construção de interações entre falantes de línguas africanas distintas, e também resistência, uma vez que a união os fortalecia politicamente para resistirem à dominação.

Embora precisassem da língua do opressor para falar uns com os outros, **eles também reinventaram, refizeram essa língua, para que ela falasse além das fronteiras da conquista e da dominação.** Nas bocas dos africanos negros do chamado “Novo Mundo”, o inglês foi alterado, **transformado**, e se tornou uma fala diferente. (...) Um uso do inglês que rompia com o costume e o sentido padronizados, de tal modo que os brancos muitas vezes não conseguissem compreender a fala dos negros, transformou o inglês em algo mais que a simples língua do opressor. (...) **a ruptura do inglês padrão possibilitou e possibilita a rebelião e a resistência.** Transformando a língua do opressor, criando uma cultura de resistência, os negros criaram uma fala íntima que podia dizer muito mais do que as fronteiras do inglês padrão permitiam. **O poder dessa fala não é simplesmente o de possibilitar a resistência à supremacia branca, mas também o de forjar um espaço para a produção cultural alternativa e para epistemologias alternativas - diferentes maneiras de pensar e saber que foram cruciais para a criação de uma visão de mundo contra-hegemônica.** (hooks, 2013, pp. 226-228; destaques nossos)

Ao se apropriarem de e transformarem a língua inglesa, os africanos negros engendraram resistência, rebelião e novas criações culturais e epistêmicas, viabilizando que se desvinculassem dos opressores e construíssem visões de mundo e propriamente mundos/existências alternativos, respondendo ao novo contexto em que estavam inseridos. Na interação, esses sujeitos negros produziram sentidos na nova língua que propositalmente excluíram/excluem os opressores brancos. Selecionaram, assim, com quem desejavam interagir e os propósitos dessa interação.

Assinalamos que, nas relações, os sujeitos – constituídos por raça e posições hierárquicas de dominação – definem que línguas são/serão usadas e com que propósitos interacionais. Por vezes, o propósito é excluir o dominador, inviabilizar sua compreensão e construir, assim, resistência e novas existências. A linguagem é pensada na interação tanto no interior de sistemas de dominação e hierarquização (o que pressupõem interlocutores posicionados desigualmente) quanto no interior de processos de produção de reexistências (o que pressupõe relações mais horizontais e colaborativas).

A reflexão de hooks sobre a linguagem se insere no contexto de uma educação transgressora. Nesse contexto, é importante que estudantes brancas/os sejam deslocadas/os de seus modos hegemônicos de escuta e aprendizagem, re-aprendendo com estudantes negras/os. Parte desse processo de re-aprender passa por outros modos de produção de sentido. Aprender quando não se entende o que é dito em uma língua que não é conhecida pode implicar aprender pelas sensações e emoções, o que requer, por sua vez, novas línguas(gens)⁴. Essa educação transgressora

⁴ “Para curar a cisão entre mente e corpo, nós, povos marginalizados e oprimidos, tentamos resgatar a nós mesmos e às nossas experiências através da língua. Procuramos criar um espaço para a intimidade. Incapazes de encontrar esse espaço no inglês padrão, criamos uma fala vernácula fragmentária, despedaçada, sem regras. (...) Aí, nesse lugar, obrigamos o inglês a fazer o que

possibilita desarticular as relações dominador-dominado e construir novas relações, novas posições/posicionalidades e novos conhecimentos. A língua(gem) é um elemento central nessa educação, pois é nela e por ela que se criam novas possibilidades de existência. Observamos, assim, no texto de bell hooks, que a língua(gem) como resistência é também a língua como existência. Nesse sentido, podemos aproximar à reflexão da intelectual feminista chicana Gloria Anzaldúa (2009):

A identidade étnica e a identidade linguística são unha e carne – **eu sou minha língua**. Eu não posso ter orgulho de mim mesma até que possa ter orgulho da minha língua. Até que eu possa aceitar como legítimas o espanhol chicano texano, o Tex-Mex e todas as outras línguas que falo, eu não posso aceitar a minha própria legitimidade. Até que eu esteja livre para escrever de maneira bilíngue e permutar idiomas sem ter sempre que traduzir, enquanto eu ainda tiver que falar inglês ou espanhol quando preferiria falar *Spanglish*, e enquanto eu tiver que me acomodar aos falantes de inglês ao invés de eles se acomodarem a mim, minha língua será ilegítima.

Eu não vou mais sentir vergonha de existir. Eu vou ter minha voz: indígena, espanhola, branca. Eu vou ter minha língua de serpente – minha voz de mulher, minha voz sexual, minha voz de poeta. Eu vou superar a tradição de silêncio. (Anzaldúa, 2009, p. 312; destaques nossos)

Para Anzaldúa, suas identidades étnico-raciais, de gênero e sexualidade são inseparáveis das suas línguas. Sua existência e sua voz são constituídas nos usos linguísticos; e estes são construídos nas relações com outros sujeitos. Assim, é na interação com outras pessoas e no tensionamento dos elementos que a organizam – incluídas as línguas(gens) compostas pela raça, pela etnia, pelo gênero, pela sexualidade e pela classe das pessoas em interação – que nos tornamos quem somos. Assim como raça, etnia, gênero, sexualidade e classe constituem a linguagem, nesta e por esta também construímos nossas posicionalidades e identificações raciais, étnicas, de gênero, sexuais e de classe.

Ao refletirem sobre como existimos e nos posicionamos socialmente na língua(gem), as autoras Lélia Gonzalez, bell hooks e Gloria Anzaldúa nos possibilitam compreender que nossas existências, nas interações com outras pessoas, são constituídas pelas lutas travadas em relação às hierarquizações raciais, étnicas, de gênero, sexuais e de classe, uma vez que as sociedades (colonizadas) em que estamos inseridas foram/são alicerçadas nas hierarquizações dos sujeitos que as compõem. Os tensionamentos e embates entre dominação/hierarquização e resistência/rebelião constituem as construções que fazemos de nossas posicionalidades nas interações sociais. Tais construções – assim como os tensionamentos e embates – são forjadas na e pela linguagem. Com base nessas autoras - Lélia Gonzalez, bell hooks e Gloria Anzaldúa – assinalamos a indissociabilidade da linguagem (como constituição do sujeito social, visão de mundo, cultura) da raça, da etnia, do gênero, da sexualidade e da classe, uma vez que essas são as dimensões que nos constituem como sujeitos sociais, assim como as espiritualidades e os afetos. As lutas sociopolíticas dos sujeitos e grupos sociais não apenas usam a linguagem

queremos que ele faça. Tomamos a linguagem do opressor e voltamo-la contra si mesma. Fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, libertando-nos por meio da língua.” (hooks, 2013, p. 233; destaques nossos)

como recurso, mas, sobretudo, se dão na própria linguagem. Configuram-se, desse modo, como disputas nas e pelas línguas(gens).

Propomos partir dessas autoras para tratar da inseparabilidade de língua(gem)-raça-etnia-gênero-sexualidade-classe porque essa perspectiva difere daquela historicamente construída no campo dos estudos da linguagem, que separou língua-falante. Mesmo em perspectivas teórico-metodológicas que refletem sobre a linguagem na constituição dos sujeitos e das relações inter-subjetivas, raça, gênero, etnia e sexualidade nem sempre foram tematizadas como dimensões desta constituição.

A perspectiva descolonial, portanto, nos convida a ir além de uma análise da linguagem que silencia as dimensões raciais, sexuais, étnicas, de gênero e de classe que constituem nossas identidades e subjetividades. Ela nos incita a investigar como as estruturas coloniais e a supremacia branca moldaram a forma como falamos, como nos relacionamos com nossas identidades e como percebemos o “outro”. Somente ao compreendermos essa raiz colonial poderemos, de fato, engajar-nos em práticas linguísticas e pedagógicas que promovam a descolonização do ser, do saber e do poder, construindo espaços com pluralidade de vozes e línguas sociais.

No vasto campo dos estudos da linguagem, a Sociolinguística Crítica discute as complexas relações entre linguagem, poder e sociedade. Uma das discussões centrais que emergem dessa perspectiva é a forma como o capitalismo tardio ressignificou a linguagem. Ela deixou de ser apenas um meio de comunicação para se tornar, cada vez mais, uma mercadoria ou um atributo que agrega valor a produtos culturais e a indivíduos no mercado de trabalho (HELLER, M.; DUCHÊNE, 2012).

A pesquisadora Monica Heller (2011) é uma voz proeminente nesse debate, ao analisar quem realmente se beneficia e quem é marginalizado por essa ideologia da linguagem. Ela nos mostra que a linguagem é um terreno de tensões e disputas, pois as ideologias do passado não são simplesmente substituídas por novas, mas se entrelaçam e coexistem, criando camadas complexas de significado e poder. Em outras palavras, as velhas formas de pensar sobre a linguagem – muitas vezes ligadas a noções de “pureza” e “correção” – persistem e tensionam as novas lógicas de mercado.

No Brasil, a Linguística Aplicada tem se debruçado sobre essa realidade com particular afincamento, evidenciando como a linguagem se manifesta nas disputas e negociações raciais, sexuais, de gênero e de classe. Autores como Biondo & Signorini (2015), Nascimento (2019) e Sito (2023) têm explorado como as interações linguísticas refletem e moldam as identidades e as desigualdades sociais em nosso contexto. O dossiê “Mercantilização da Linguagem no capitalismo recente: diversidades e mobilidades” (Garcez & Jung, 2021) apresenta um conjunto de trabalhos que exploram como a linguagem é transformada e utilizada para obter ganhos, resistir e se engajar na luta por direitos e bens comuns. São trabalhos que apontam para a necessidade de refletir sobre a linguagem articulada com a economia política. Todos esses trabalhos demonstram que a língua não é um sistema neutro, mas um espaço onde se articulam e se contestam hierarquias sociais profundamente enraizadas.

Essas reflexões foram sendo construídas como uma resposta à compreensão de que nossas subjetividades e identidades/posicionalidades sociais são engendradas em relações de poder que nos constroem como sujeitos de raça, etnia, gênero, sexualidade, classe, espiritualidades e afetos. Foi o trabalho inter e transdisciplinar que possibilitou aos Estudos da Linguagem

apreender essas dimensões que nos constituem nas relações sociais (constituídas em e por relações de poder e, portanto, marcadas por classificações, diferenciações e hierarquizações) (como mostram os trabalhos em Signorini, 1998; Moita Lopes, 2006).

Ao articular linguagem e educação, pesquisadores como Jonathan Rosa e Nelson Flores (2017), mostram e discutem que a forma como definimos “bons estudantes” ou aqueles que “precisam de mais auxílio” muitas vezes está imbricada em preconceitos sociais e raciais. Eles apresentam o conceito de “sujeito ouvinte branco” e argumentam que a construção ideológica das práticas linguísticas de comunidades racializadas é frequentemente vista como inerentemente deficiente e necessitando de remediação. Isso significa que o modo de falar de pessoas brancas foi tomado como a norma universal, e qualquer desvio dessa norma é percebido como um problema a ser “corrigido”.

Essa perspectiva nos força a olhar criticamente para as nossas próprias lentes conceituais. Nossos modos de ver e ouvir, assim como as categorias que utilizamos para descrever a linguagem e até mesmo os parâmetros de avaliação de proficiência ou sucesso linguístico são, muitas vezes, representações dominantes ideologicamente produzidas. Elas não são neutras; pelo contrário, fazem parte de processos mais amplos de racialização, que perpetuam a marginalização de certos grupos sociais através da linguagem.

Em suma, a linguagem, especialmente no capitalismo tardio, configura-se como um campo de batalha onde identidades e valores são negociados. Para compreender plenamente esse fenômeno no Brasil, é crucial desvendar as camadas ideológicas que subjazem aos nossos conceitos linguísticos e reconhecer como eles contribuem para a reprodução – ou, esperançosamente, para a transformação – das desigualdades raciais, de gênero, de sexualidade e de classe.

Os trabalhos que congregamos nesse dossiê contribuem para compreendermos como sujeitos posicionados em relações de raça, etnia, gênero, sexualidade, classe e política negociam essas posições em diferentes contextos interacionais. Como se observa nos textos, essas posicionalidades/identidades não são negociadas necessariamente de formas articuladas.

No texto “Masculinidades negras homossexuais em narrativas autobiográficas interseccionais”, Pedro Ivo Silva e Tatiana Nascimento refletem sobre as complexas interseções de raça, gênero e sexualidade, focando nas masculinidades negras homossexuais, trazendo para o centro narrativas autobiográficas. Os autores buscam desvelar os sentidos subjetivos e sociais das masculinidades negras homossexuais, a partir das experiências narradas por três membros do Coletivo Afrobixas. As narrativas foram geradas originalmente para a dissertação de mestrado de Pedro Ivo Silva (2017), posteriormente publicada como livro (“Narrativas Afrobixas”, 2020).

Esse artigo demonstra como as experiências de negros homossexuais se situam para além das especificidades identitárias isoladas de raça ou sexualidade, evidenciando a dimensão opressiva da interseccionalidade. Mas destaca também a capacidade dos narradores de construir masculinidades alternativas e plurais, referenciadas em seu entrelaçamento identitário. Ou seja, o gesto analítico deste texto não apenas apresenta as violências e silenciamentos enfrentados, mas vê, ouve e discute a resistência e a contra-hegemonia presentes nas vivências e discursos desses sujeitos, afirmando a importância de suas narrativas para o reconhecimento social e acadêmico.

No texto “Uma análise crítica de letras de canções feministas: desafios, empoderamento e transformação social”, Fernando Luís de Moraes focaliza a interseção entre música e ativismo

feminista, analisando as letras de três composições musicais feministas: “Salve Todas” (Antônia Medeiros), “Respeita as Mina” (Kell Smith) e “P. U. T. A.” (Mulamba). A análise busca compreender como essas obras funcionam como manifestações ativas das experiências, desafios e conquistas das mulheres contemporâneas. O artigo mostra que a música não é apenas uma manifestação artística, mas um espelho e um forjador ativo da cultura, capaz de moldar percepções, desafiar estereótipos e influenciar a consciência coletiva. Para ele, a música foi um veículo catalítico de resistência e expressão ao longo da história dos movimentos sociais.

A metodologia deste artigo também traz uma contribuição ao dossiê, uma vez que o pesquisador (homem, cisgênero, negro, brasileiro de classe média) assume sua posicionalidade situada e atravessada por tensões, buscando uma “escuta ética, atenta e implicada” para amplificar as vozes estudadas, especialmente aquelas marcadas por racialização e heterocisnormatividade.

Em síntese, o artigo mostra que cada composição foi um chamado à ação e uma convocação para uma transformação cultural e social ampla. Além de expressarem a riqueza da experiência feminina, as canções oferecem uma resistência vigorosa contra injustiças, desafiando estereótipos e promovendo a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em “*De home girls a world girls - A casa dentro de si*”, Joana D’Arc Martins Pupo observa como mulheres negras negociam suas posições de raça e gênero em textos literários na África do Sul. O objetivo do artigo é explorar a importância de se buscar metáforas para a literatura produzida por mulheres, como forma de conferir coerência e visibilidade a esse conjunto de obras, desestabilizando a associação histórica de autoria com a masculinidade.

A autora discute que o “lar” na literatura de mulheres negras sul-africanas é um espaço de (re)significação. As “*world girls*” representam uma geração de autoras que, ao narrar as complexidades e contradições do lar e da identidade mestiça, constroem representações alternativas de feminilidade, não isentas de ansiedade e violência, mas que possibilitam escapar para a esfera pública e questionar as hierarquias de poder.

Nívea Rohling, Maria de Lourdes Rossi Remenche e Ketlyn Margoti, no texto “Demarcação de terra no Brasil: discurso, necropolítica e resistência”, observam como foi construída uma necropolítica em relação aos indígenas no Brasil em enunciados produzidos durante o início do mandato de Jair Messias Bolsonaro (JMB) (2019-2020) sobre a demarcação de terras indígenas, bem como as reações-respostas de ONGs e povos indígenas que se posicionaram como vozes de resistência.

A pesquisa dialoga com os estudos dialógicos da linguagem e o conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2018) para discutir como discursos autoritários e violentos refletem o biopoder e a soberania sobre corpos desprotegidos. Nesse contexto, a linguagem é mobilizada para moldar a percepção pública e legitimar ações que priorizam a exploração econômica sobre a preservação ambiental. As reações-respostas de ONGs e, principalmente, dos povos indígenas, atuam como vozes de resistência, desvelando a necropolítica em curso e reafirmando a luta por seus direitos e reconhecimento.

Numa perspectiva que não aborda diretamente raça, etnia, gênero, sexualidade ou classe, mas focaliza as disputas sobre as línguas, os modos de dizer e os sentidos daí decorrentes, Nívea Rohling e Laura Catalina Peña Ramirez, no texto “Aplicativos de aprendizagem de l2 e a economia das línguas: uma análise do Duolingo”, analisam as economias linguísticas e os

posicionamentos das línguas na hierarquização social. Elas investigam como os sistemas de poder dominantes, enraizados no colonialismo e perpetuados pelo capitalismo tardio, produzem ideologias da linguagem que transformaram línguas em produtos comerciais. Discutem no artigo como aplicativos, como o Duolingo, este com mais de 500 milhões de usuários globalmente (BLANCO, 2022), oferecem um aparente acesso universal ao aprendizado de idiomas, escondendo na popularidade um processo de mercantilização das línguas, onde o inglês continua privilegiado, perpetuando a colonialidade da linguagem no capitalismo contemporâneo.

Por sua vez, Eleticia Podolak Strukoski e Cristiane Malinoski Pianaro Angelo, no texto “‘Eu sou a prova viva de que deu certo’: Análise em perspectiva dialógica do discurso de Bolsonaro em uma coletiva de imprensa durante a pandemia”, dedicam-se a pensar o gênero discursivo na arena do debate pela vida no contexto da pandemia COVID-19. As autoras apresentam a análise de um excerto do discurso de Jair Bolsonaro proferido em Belém (PA) em 13 de agosto de 2020, durante a inauguração de uma obra pública, onde defendeu o uso da cloroquina. Trata-se de uma contribuição importante porque mostra como as coletivas de imprensa funcionaram como arenas de luta de classes, nas quais a linguagem é um campo de batalha ideológico crucial para a compreensão do poder discursivo na política contemporânea. A palavra-discurso, enquanto signo ideológico, ganha vida na interação social e é determinada pelas relações de poder e as lutas de classes que moldam a forma e o conteúdo dos discursos. A análise oferece caminhos para uma investigação mais aprofundada da complexidade das relações entre linguagem, poder e consciência social.

É com grande satisfação que convidamos você a mergulhar nas páginas do dossiê “**Vozes e resistências: desvendando ideologias da linguagem e sua articulação com raça, gênero, sexualidade e classe social**” e se juntar a nós nesses movimentos de análises críticas, para que, juntas/es/os, possamos aprofundar nossa compreensão sobre ideologias da linguagem e sua articulação com raça, gênero, sexualidade e classe social.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, G. Como domar uma língua selvagem. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa**, no 39, p. 297-309, 2009.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, M. **Teoria do Romance I: a estilística**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. Companhia das letras, 2022.

BIONDO, F. P.; SIGNORINI, I. (Re) definições e (des) construções identitárias em comunidades ativistas do Facebook: contribuições das epistemologias pós-feminista e queer. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 31, n. spe, p. 169-197, 2015.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. **Descolonizar o feminismo**: VI Sernegra. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, p. 32-51, 2019.

FRANTZ, Fanon. **Pele Negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

GARCEZ, P. M.; JUNG, N. M. Mercantilização da linguagem no capitalismo recente: diversidades e mobilidades. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 60, n. 2, p. 338–346, 2021.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HELLER, M. **Paths to post-nationalism**: a critical ethnography of language and identity. Oxford: Oxford University Press, 2011.

HELLER, M.; DUCHÊNE, A. Pride and profit: changing discourses of language, capital and nation-state. In: DUCHÊNE, A.; HELLER, M. (ed.). **Language in late capitalism**: pride and profit. New York: Routledge, 2012. p. 1-21.

HELLER, M.; MCELHINNY, B. **Language, capitalism, colonialism**: toward a critical history. Toronto: University of Toronto Press, 2017.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

IRVINE, J. T.; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, P. V. (ed.) **Regimes of Language**: Ideologies, Politics, and Identities. Santa Fe, New Mexico: School of American Research Press, 2000. Pp. 35– 83.

JUNG, N. M.; GARCEZ, P. DE M. Etnografia da linguagem no contexto sociolinguisticamente complexo de uma comunidade no Oeste do Paraná: de volta para o futuro de uma Linguística Aplicada interseccional. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, ISSN impressa: 0102-4450, versão on-line: 1678-460X, publicação de: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, v. 38, n. 4, p. (1-19): 202259454, 2022.

JUNG, N. M. **Identidades sociais na escola**: gênero, etnicidade, língua e as práticas de letramento em uma comunidade rural multilíngue. 2003. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/115757>. Acesso em: 3 fev. 2022.

LANDER, E. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocêtricos. In: LANDER, E. (Org.) **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 11-39.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**. 2008, (9), 73-101.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 127-168.

MILANI, T. M. What's in a name? Language ideology and social differentiation in a Swedish print-mediated debate 1. **Journal of Sociolinguistics**, v. 14, n. 1, p. 116-142, 2010.

MOITA LOPES, L. P. (Org.) **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MUNIZ, K. Ainda sobre a possibilidade de uma linguística “crítica”: Performatividade, política e identificação racial no Brasil. **D.E.L.T.A.**, 32(3), 2016. 767–786. <https://doi.org/10.1590/0102-445063437589564459>

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, G. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Editora Letramento, 2020.

PAVLENKO, A.; BLACKLEDGE, A. (eds.) **Negotiations of Identity in Multilingual Contexts**. Clevedon, U.K.: Multilingual Matters, 2004.

RAMPTON, B. **Crossing: Language and Ethnicity among Adolescents**. London: Longman, 1995.

ROSA, J.; FLORES, N. Unsettling race and language: Toward a raciolinguistic perspective. **Language and Society**, v. 46, n. 5, 2017, p. 621-647.

ROSA, J. **Looking like a language, sounding like a race: raciolinguistic ideologies and the learning of Latinidad**. New York: Oxford University Press, 2019. p. 125-176.

SIGNORINI, I. (Org.). **Língua(gem) e identidade: Elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SITO, L. R. S. Os movimentos da perspectiva raciolinguística no sul latino-americano. **Journal of Sociolinguistics**, v. 27, n. 5, 2023.

TORQUATO, C. P. Challenging the Coloniality of Languages. **Alternation Special Edition**, 33, 2020. 457-500. <https://doi.org/10.29086/2519-5476/2020/sp33a18>

TORQUATO, C. P. Desregulamentação e decolonialidade linguísticas no ensino de língua In: RODRIGUES, Wagner (Ed.). **Contribuições sociais da Linguística Aplicada: uma homenagem a Inês Signorini**. Campinas: Pontes Editores, 2021, p. 317-370.